

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE LEVANTAMENTO DE PESOS

***DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 e 2013***

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da
Confederação Brasileira de Levantamento de Pesos

Examinamos as demonstrações contábeis da Confederação Brasileira de Levantamento de Pesos, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Base para opinião com ressalva

A Confederação não possui controle individualizado dos bens registrados no ativo imobilizado. Em decorrência, não nos foi possível formar uma opinião quanto a adequação dos valores representativos de tais bens e, conseqüentemente, não foi praticável determinar a razoabilidade do valor da despesa de depreciação que foi reconhecida no resultado do exercício.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos no parágrafo Base para opinião com ressalva, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Confederação Brasileira de Levantamento de Pesos, em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Belo Horizonte, MG, 27 de março de 2015.

FSA NETWORK Consultores
CRC-RJ-003004/O-2 “S” MG



Levi O. Soares
Contador-CRC-RJ-031950/O-9 “S” MG

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE LEVANTAMENTO DE PESOS

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em reais, centavos omitidos)

ATIVO	2014	2013	PASSIVO	2014	2013
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	822.595	215.377	Contas a pagar	430.272	220.106
Contas a receber	267.000	-	Obrigações sociais e fiscais	67.051	21.089
Outros créditos	2.003	11.608	Obrigações trabalhistas	24.664	13.875
	<u>1.091.598</u>	<u>226.985</u>	Outras contas a pagar	312	71.349
				<u>522.299</u>	<u>326.419</u>
NÃO CIRCULANTE					
Imobilizado	143.238	88.577	PATRIMÔNIO SOCIAL		
	<u>143.238</u>	<u>88.577</u>	Superávit (déficit) acumulado	712.537	(10.857)
				<u>712.537</u>	<u>(10.857)</u>
TOTAL DO ATIVO	<u><u>1.234.836</u></u>	<u><u>315.562</u></u>	TOTAL DO PASSIVO	<u><u>1.234.836</u></u>	<u><u>315.562</u></u>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE LEVANTAMENTO DE PESOS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em reais, centavos omitidos)

	2014	2013
RECEITAS		
Lei Agnelo/Piva	1.918.809	1.189.608
Patrocínios	1.513.000	-
Outras receitas	31.807	54.229
	3.463.616	1.243.837
CUSTOS		
Gastos com recursos públicos		
Programas e projetos de fomento	(157.862)	(193.427)
Desenvolvimento e manutenção do desporto	(195.191)	(190.666)
Formação de recursos humanos	-	(24.154)
Preparação técnica	(779.424)	(395.233)
Manutenção de atletas	(483.766)	(116.750)
Participação em eventos desportivos	(374.148)	(254.468)
	(1.990.391)	(1.174.698)
Superávit bruto	1.473.225	69.139
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS		
Despesas administrativas e gerais	(773.571)	(63.397)
Resultado financeiro líquido	23.740	(2.687)
Outras receitas operacionais	-	220.819
	(749.831)	154.735
Superávit do exercício	723.394	223.874

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE LEVANTAMENTO DE PESOS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em reais, centavos omitidos)

	Déficit acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	(234.731)	(234.731)
Superávit do exercício	223.874	223.874
Saldos em 31 de dezembro de 2013	(10.857)	(10.857)
Superávit do exercício	723.394	723.394
Saldos em 31 de dezembro de 2014	712.537	712.537

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE LEVANTAMENTO DE PESOS

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em reais, centavos omitidos)**

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Atividades operacionais		
Superávit (déficit) do exercício	723.394	223.874
Ajustes		
Depreciação	21.512	15.529
	<u>744.906</u>	<u>239.403</u>
Variação no ativo/passivo circulante		
Contas a receber	(267.000)	-
Outros créditos	9.605	167.521
Contas a pagar – COB	210.166	(135.430)
Obrigações sociais e fiscais	45.962	(2.725)
Obrigações trabalhistas	10.789	(11.016)
Outras contas a pagar	(71.037)	(14.339)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	<u>683.391</u>	<u>243.414</u>
Atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(76.173)	(34.304)
Caixa gerado pelas atividades de investimentos	<u>(76.173)</u>	<u>(34.304)</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>607.218</u>	<u>209.110</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	215.377	6.267
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	822.595	215.377
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>607.218</u>	<u>209.110</u>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE LEVANTAMENTO DE PESOS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013
(Em reais, centavos omitidos)**

1. Contexto operacional

A Confederação Brasileira de Levantamento de Pesos, designada pela sigla CBLP, filiada à Federação Internacional de Levantamento de Pesos, designada pela sigla IWF, e ao Comitê Olímpico Brasileiro, designado pela sigla COB, é uma associação de fins não econômicos, de caráter desportivo. Foi fundada em 30 de Maio de 1979 e está sediada na cidade de Belo Horizonte, constituída pelas Entidades filiadas de administração do Levantamento de Pesos.

A CBLP, dentro da sua finalidade desportiva, tem como principal objetivo administrar, dirigir, controlar, difundir e incentivar, em todos os níveis, inclusive o paralímpico praticado por portadores de deficiências, quando a Federação Internacional permitir.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis

2.1 Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidade da Administração da Entidade e foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, em obediência à Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76, sendo adotadas em 31 de dezembro de 2008 as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09), pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas estabelecidas pela NBC TG 1.000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e ITG 2002 – Entidades sem Finalidade de Lucros.

2.2 Principais práticas contábeis

As principais práticas e procedimentos contábeis adotados na elaboração das demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, juntamente com a composição dos saldos das principais rubricas, estão descritas a seguir:

a. Resultado das operações

É apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios.

b. Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades são representadas pelos recursos mantidos em espécie pela Entidade e pelos saldos dos depósitos bancários.

As aplicações financeiras, representadas por investimentos temporários de curto prazo mantidos em instituições financeiras no País, com prazos de vencimento de até três meses, a contar da data da aquisição e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, são avaliadas pelos valores efetivamente aplicados, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

c. Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das depreciações, que não supera o valor provável de recuperação determinado com base nos resultados das operações futuras da Entidade. As depreciações foram calculadas pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens.

d. Passivo circulante

Está demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data dos balanços.

e. Imposto de renda e contribuição social

A Entidade está isenta de pagamento do Imposto de Renda e da Contribuição Social, em virtude de não ter finalidade de lucros, conforme determinado pelo artigo 174 do Regulamento do Imposto de Renda, aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26 de março de 1999.

f. Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e premissas, pelo menos anualmente.

3. Caixa e equivalentes de caixa

São assim demonstrados em 31 de dezembro:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Caixa Econômica Federal – COB	3.231	202.528
Caixa Econômica Federal – Recursos próprios	16.086	-
Bancos conta corrente	<u>20.317</u>	<u>202.528</u>
Aplicações financeiras	<u>802.278</u>	<u>12.849</u>
	<u><u>822.595</u></u>	<u><u>215.377</u></u>

4. Contas a receber

Em setembro de 2014, a Confederação Brasileira de Levantamento de Pesos firmou contrato de patrocínio com a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobrás, no valor de R\$ 1.780.000 (um milhão, setecentos e oitenta mil reais), sendo recebido durante o exercício o montante de R\$ 1.513.000 (um milhão, quinhentos e treze mil reais), que tem por objeto o apoio às ações relativas à modalidade Levantamento de Pesos no ano de 2014. O período de vigência do contrato é de 420 (quatrocentos e vinte) dias, a partir da data de assinatura do mesmo. Em 31 de dezembro de 2014 o saldo a receber é de R\$ 267.000 (duzentos e sessenta e sete mil reais).

5. Imobilizado

É assim demonstrado em 31 de dezembro:

	Taxas anuais de depreciação	2014		2013	
		Custo	Depreciação acumulada	Valor residual	Valor residual
Móveis e utensílios	10%	103.728	(53.830)	49.898	60.279
Máquinas e equipamentos	10%	18.512	(2.649)	15.863	8.754
Equipamentos técnicos	10%	6.400	(2.293)	4.107	4.747
Instalações	10%	3.002	(1.143)	1.859	2.158
Computadores e periféricos	20%	53.013	(22.811)	30.202	9.527
Veículos	20%	40.011	(1.667)	38.344	-
Benfeitorias	4%	3.675	(710)	2.965	3.112
		228.341	(85.103)	143.238	88.577

6. Contas a pagar

	2014	2013
Contas a pagar – COB	163.272	220.106
Recursos de Patrocínio – Petrobrás	267.000	-
	430.272	220.106

O saldo do contas a pagar – COB, refere-se aos recursos repassados pelo Comitê Olímpico Brasileiro durante os exercícios, conforme definido pelo Termo de Convênio Simplificado, que ainda não tinha sido aplicado pela Confederação nos gastos previstos para as ações/projetos de melhorias e manutenção das atividades da CBLP.

7. Patrimônio social

O Patrimônio social da Entidade é constituído pelos resultados acumulados de cada exercício, referente às operações inerentes da Entidade.

8. Contingências

A Administração, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos, e quando aplicável fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências. Com base nos pareceres emitidos pelos assessores jurídicos, não há qualquer processo contra a Entidade que gere a necessidade de provisões.

9. Subvenções e assistências governamentais

Durante os exercícios, a Confederação Brasileira de Levantamento de Pesos recebeu recursos financeiros do Comitê Olímpico Brasileiro, para aplicação nas suas finalidades institucionais, conforme definido pelo seu estatuto social.

10. Seguros

A Administração da Entidade optou por não realizar a contratação de seguros para cobertura de eventuais perdas que possam surgir com relação aos principais bens do ativo imobilizado, por julgar que os saldos estejam pulverizados em diversos itens de pequeno valor.

11. Remuneração de dirigentes estatutários

Em 30 de julho de 2014, o Comitê Olímpico Brasileiro emitiu a Instrução Normativa COB nº 02, que disciplina a aplicação de recursos financeiros decorrentes da Lei nº 9.615/98 de 24 de março de 1998, para pagamento de remuneração de dirigentes estatutários das Confederações, em conformidade com o art. 18 da Lei nº 12.868 de 15 de outubro de 2013. A remuneração paga a dirigentes estatutários, com recursos da Lei Agnelo Piva, teve vigência a partir de agosto de 2014.